

PARTÍCULAS MODAIS DO PORTUGUÊS *

0. O objectivo deste estudo é não só descrever linguisticamente as unidades lexicais que integram o grupo relativamente fechado do que chamo partículas modais (PMs, daqui em diante), mas também abordar algumas delas, a título de exemplo, numa perspectiva pragmática. Por PMs entendo elementos como *acaso, afinal, bem, cá, então, já, lá, sempre, também* (entre outros), em determinadas posições na frase e em certos empregos específicos, mas que têm sido tradicionalmente classificados, quer nas gramáticas quer nos dicionários, como 'advérbios', embora alguns deles surjam também em alguns gramáticos sob a rubrica «expressões ou partículas de realce» ou ainda no grupo das interjeições. Estão neste último caso, por exemplo, *então e também* em virtude da natureza de algumas das suas ocorrências possíveis.

A designação que uso para este conjunto, embora completamente alheia aos estudos linguísticos portugueses, justifica-se, além do mais, por uma questão de adequação e de uniformidade terminológica, e reporta-se rigorosamente àqueles lexemas que se empregam em enunciados como: «Afinal ainda não chegaram?», «Então como foi o passeio?» e «Sempre chegaste a encontrá-lo?».

1. As partículas na tradição gramatical portuguesa. O problema

Desde sempre que nas culturas ocidentais a classificação das palavras de uma língua constituiu uma tarefa complexa para os gramáticos. As gramáticas tradicionais portuguesas, fortemente baseadas na teoria greco-latina das partes do discurso, não só adoptaram os seus critérios

* Retomo neste estudo, com algumas modificações, um texto elaborado em 1984 que, por motivos vários, não pôde então ser publicado.

classificatórios, como também, por outro lado, lhe herdaram as imprecisões e os problemas. Por isso mesmo, há ainda hoje no português fenómenos que aguardam tratamento mais adequado, sendo uma dessas áreas precisamente a que é constituída pelas PMs, para cuja descrição procurarei contribuir.

Na antiga Grécia, mas especificamente a partir dos Estóicos, quando começaram a diferenciar-se e a definir-se as partes do discurso, a classificação das palavras orientou-se por categorias gramaticais-formais, ou seja, pela presença ou ausência do «caso» e do «tempo». Assim, como estabelece Dionísio Trácio¹, o «caso» é válido para o nome, para o pronome e para o artigo; o «tempo» aplica-se ao verbo; e a classe em que se verifica a presença simultânea — ou que participa das propriedades, caso e tempo, do nome e do verbo — é o participio. As restantes classes de palavras (preposição, advérbio e conjunção ou palavra de ligação), caracterizam-se pela ausência daqueles dois princípios de classificação, sendo, pois, não flectidas, mas cabendo-lhes, no entanto, respectivamente, funções bem definidas. Tais funções, porém, não foram mais tarde correspondentemente valorizadas: os gramáticos latinos limitaram-se a seguir, a traduzir e a comentar os gregos, foram pouco originais nos estudos sobre a sua língua e, sobretudo, não dedicaram atenção especial a certas palavras empregadas frequentemente na linguagem falada, como sejam as que se prendem com subentendidos e com questões argumentativas. Na perspectiva da análise que nos ocupa, Pompeio constitui uma excepção, visto ser ele que no «Comentário» à Gramática de Donato explicita em pormenor não só as funções das diferentes partes do discurso, como também fornece indicações precisas, ilustradas com exemplos, sobre as funções das «expletivae»². As «expletivae» são, no latim, um sub-grupo da 'parte do discurso' «conjunção» (aliás mantido por Diomedes, Prisciano e por Donato, por influência directa da obra de Trácio) que corresponde à sub-classe das «conjunções» (σύνδεσμοί) a que o gramático alexandrino chamara *παραπληρωματικοί* — palavras que, segundo ele, se empregavam por razões de natureza

¹ Citado em ARENS, H. — *Sprachwissenschaft. Der Gang ihrer Entwicklung von der Antike bis zur Gegenwart*, 2 vols., Frankfurt/M., Athenäum, 1969, pp. 21-28.

² Cf. texto citado em LÜTTEN, J. — *Untersuchungen zur Leistung der Partikeln in der gesprochenen deutschen Sprache*, Göppingen, Kümmerle, 1977, p. 58.

métrica ou de adorno do discurso, mas que, podemos hoje dizê-lo, não tinham por finalidade única servirem de «palavras de encher», mas assumiam também uma função de modificação ou de modalização dos enunciados em que ocorriam.

O que terá acontecido depois de Pompeio foi que os gramáticos latinos, cuja língua era muitíssimo mais pobre que a grega nesses elementos, não encontraram, por isso, uma justificação bastante para lhes conceder uma posição de destaque e manter viva a consciência das suas funções. Por seu lado, a Idade Média, que utilizou amplamente, pelo menos até ao séc. XII, as então muito conceituadas obras de Prisciano e de Donato, não trouxe aparentemente qualquer contributo para a clarificação e, muitíssimo menos, para a descrição do emprego daqueles elementos da língua.

Mas mais duas circunstâncias contribuíram entretanto para que as «expletivae» fossem progressivamente preteridas ou mesmo esquecidas. A primeira delas foi a orientação lógico-semântica dos modistas³ que, conduzindo-os a uma filosofia da palavra e à interrogação sobre os seus *modi significandi*, não podia obviamente favorecer o estudo das palavras inflexivas, isto é, das correspondentes aos σύνδεσμοι de Trácio. É que para os modistas o que fazia de uma palavra uma parte do discurso era o seu duplo aspecto de *vox* e de *conceptus*, e as «expletivae», cuja função se devia procurar antes no domínio da «performance», não se prestavam a uma análise lógica, encontrando-se, por conseguinte, em boa posição para merecerem pouca ou nenhuma atenção.

A segunda razão foi a ampla divulgação da obra de Franciscus Sanctius *Minerva seu de causis linguae latinae*, aparecida em 1587. O efeito que produziu a classificação tricotómica das partes do discurso (isto é, nome, verbo e partículas) que o autor aí propõe, seguindo o esquema do arábico e das línguas semitas, designadamente do hebraico de que foi estudioso, não terão, de igual modo, deixado de criar as condições para que as classes de palavras inflexivas passassem a confundir-se sob a designação geral de partículas.

A conjugação dos três factores acabados de referir não deixou com certeza de ter incidências na constituição dos dois grupos de

³ A teoria dos modistas, e sobretudo a sua concepção de uma gramática universal, projecta-se até aos séculos XVII e XVIII, altura em que na França surgem as chamadas gramáticas gerais e filosóficas.

palavras que os gramáticos portugueses normalmente distinguem, seguindo um critério morfológico: o das variáveis ou flexivas e o das invariáveis ou inflexivas. Os elementos que integram este último oscilam consoante os autores: segundo uns, deles fazem parte as preposições, as conjunções e as interjeições⁴; segundo outros⁵, os advérbios, as preposições e as conjunções; ou os advérbios, as preposições, as conjunções e as interjeições, conforme outros ainda⁶. Mas é um facto que o termo 'partícula' é usado inequivocamente por grande parte dos gramáticos quando se referem ao conjunto das palavras invariáveis ou quando as definem⁷. Nesses casos, utilizado como conceito supra-ordenado que se reporta a realidades diversas, o termo é empregado um pouco no sentido etimológico, mas sem dúvida também na acepção em que Barbosa o usou, isto é, de palavras que, não merecendo verdadeiramente o nome de «partes» do discurso

⁴ Cf. BARBOSA, J. S. — *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1866, 4.^a ed., pp. 73 e segs..

⁵ Cf. VASCONCÉLLOZ, A. G. R. — *Grammática portugüesa*, Paris, Lisboa, Aillaud & Cia., s.d., p. 49; GOMES, A. A. — *Elementos de gramática portuguesa*, Coimbra, 1913, p. 10, 1925, p. 31, 1935, p. 32; MACHADO, U. — *Gramática portuguesa ensinada pelos exemplos*, Lisboa, Imprensa Limitada, 1926, 10.^a ed., p. 98; TORRINHA, F. — *Gramática portuguesa*, Porto, Edições Marânus, 1935, 4.^a ed., p. 69, 1946, 7.^a ed., p. 107; SEQUEIRA, F. J. M. — *Gramática de portugüês*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, s.d., p. 39.

⁶ Cf. LAGE, J. G. — *Novissima grammatica portugueza*, Coimbra, Livraria Portugueza e Extrangeira do Editor Manuel de Almeida Cabral, 1882, p. 10; OLIVEIRA, B. J. — *Nova grammatica portugueza. Compilada dos nossos melhores auctores e coordenada para uso das escholae*, Coimbra, Livraria de J. Augusto Orcel, 1869, 5.^a ed., p. 5; AZEVEDO, J. D. — *Elementos de grammatica portugueza*, Porto, Liv. Editora de Victorino da Motta & Cta., 1901, p. 17; PEREIRA, E. C. — *Gramática expositiva*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1950, 125.^a ed., p. 29; CUNHA, C. — *Gramática moderna*, Belo Horizonte, Editôra Bernardo Álvares S/A, 1971, 3.^a ed., p. 38; FIGUEIREDO, J. M. N.; FERREIRA, A. G. — *Compêndio de gramática portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1982, p. 186; NUNES, J. J. — *Compêndio de gramática histórica portuguesa — (fonética e morfologia)*, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1960, 6.^a ed., p. 342.

Estas duas últimas gramáticas põem, no entanto, reservas quanto à inclusão das interjeições no grupo das palavras inflexivas ou mesmo no número das partes do discurso.

⁷ Cf. por exemplo VASCONCÉLLOZ, A. G. R. — *Op. cit.*, p. 75; AZEVEDO, J. D. — *Op. cit.*, p. 17; TORRINHA, A. F. — *Op. cit.*, 1935, p. 70; SEQUEIRA, F. J. M. — *Op. cit.*, pp. 62 e 64; NUNES, J. J. — *Op. cit.*, p. 342.

por motivos que apresenta, «se podem chamar partículas»⁸ por oposição àquelas. É, todavia, importante notar ainda que o termo começou a ocorrer nalguns gramáticos, além disso, na expressão «partícula de realce»⁹ ou «partículas de realce»¹⁰. Esta designação, juntamente com outras concorrentes como «partículas de realce ou partículas expletivas»¹¹ ou «partículas ou expressões enfáticas ou de realce»¹², mostra que continuamos no domínio das palavras invariáveis (quer dizer, o critério de classificação é ainda predominantemente o morfológico), mas introduzem um momento que é talvez mais um eco terminológico das gramáticas latinas do que um verdadeiro esforço para manter vivas e operantes as «expletivae» com a sua carga funcional-comunicativa. Tenta-se, é certo, não perder de todo, ou redescobrir, aqueles elementos, para os quais existe, aliás, espaço na língua portuguesa. Só que é aqui precisamente que se encontram as dificuldades e reina certa confusão.

De facto, para começar, não me parece que os autores que classificam determinadas palavras como «expletivas» as entendam exactamente no sentido originalmente atribuído aos παρακληρωματικοί e às «expletivae» — e que devíamos com propriedade caracterizar como intencional-estratégico no quadro conversacional. É que as definições que apresentam e em que se afirma que tais elementos servem para «dar mais vida e realce à frase»¹³, ou «mais energia e realce à expressão»¹⁴ ou que «vêm trazer-lhe [ao discurso] uma ênfase, uma energia especial»¹⁵ não são de molde a que possa reconhecer que estes pontos de vista se condunem com a concepção pragmática que tenho deles e que lhes comete outras funções mais complexas que não apenas a atribuição de «mais vida», «mais energia», «mais força

⁸ BARBOSA, J. S. — *Op. cit.*, p. 75. Cf. também CONSTANCIO, F. S. — *Grammatica analytica da lingua portugueza*, Pariz, J.-P. Aillaud, Monlon e C.^a, 1855, p. 140 e seg..

⁹ MARTINS, A. B. S. — *Pontos de grammatica portugueza e exercicios praticos*, Lisboa, Manoel Gomes, Editor, 1899, 3.^a ed., p. 57.

¹⁰ AZEVEDO, J. D. — *Op. cit.*, p. 167.

¹¹ GOMES, A. A. — *Op. cit.*, 1913, p. 101; 1925, p. 144; 1935, p. 159.

¹² TORRINHA, F. — *Op. cit.*, 1935, p. 353.

¹³ FIGUEIREDO, J. M. N.; FERREIRA, A. G. — *Op. cit.*, p. 69.

¹⁴ GOMES, A. A. — *Op. cit.*, 1913, p. 101; 1935, p. 159.

¹⁵ SEQUEIRA, F. J. M. — *Op. cit.*, p. 223.

ou graça¹⁶ ao discurso ou de papel de «ornato»¹⁷ do mesmo. De resto, o que se pretenderá em concreto dizer com esses termos? Pela minha parte, sempre tive muita dificuldade em entendê-los. Por outro lado, certas unidades classificadas como palavras de realce por uns autores surgem noutros gramáticos e lexicógrafos rotuladas de advérbios. Esta solução, que está próxima do recurso, já utilizado pelos antigos gregos, de fazer da classe dos advérbios como que uma «dustbin' class»¹⁸ quando se tratava de classificar uma palavra cuja inclusão era difícil ou impossível noutro lado, tem, aparentemente, uma justificação. É que há uma tão estreita relação entre esses elementos e os seus homónimos e uma fronteira tão fluida entre eles que nem sempre é fácil proceder-se a uma distinção nítida; todavia, já uma simples mas atenta análise sintáctica de superfície dos exemplos, apresentados por aqueles gramáticos e lexicógrafos, do emprego dessas unidades permite concluir que se trata realmente de elementos que deviam ser classificados diferentemente. Basta confrontar os exemplos ilustrativos do uso do «advérbio» *sempre* no Dicionário de Moraes para se constatar que não é sempre o mesmo lexema que aí está em jogo.

Por outras palavras: embora se registre de modo geral um consenso quanto ao grupo das «partículas ou palavras expletivas», não há uniformidade quanto aos elementos da língua que os autores incluem nesse grupo. Há mesmo quem faça figurar entre as interjeições unidades que esperaríamos, segundo certa lógica, encontrar entre as «palavras de realce» ou então entre os advérbios. Mas o que essencialmente interessa reter é que entre esses elementos diversamente classificados se encontram lexemas que apresentam traços característicos do grupo a que chamo partículas modais — para adoptar a designação que ultimamente se impôs na literatura da especialidade.

Antes, porém, de as descrever, considero que se justifica ainda uma chamada de atenção para outros aspectos mais recentes da confusão reinante atrás referida. Cunha¹⁹ é, tanto quanto sei, o único

¹⁶ FIGUEIREDO, C. — *Grande dicionário da língua portuguesa*, Lisboa, Bertrand, 1939; cf. também AULETE, F. J. C. — *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza* Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, s.d..

¹⁷ FARIA, E. — *Novo diccionario da lingua portugueza*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, 3.^a ed..

¹⁸ CRYSTAL, D. — *Linguistics*, Harmondsworth, Penguin Books, 1971, p. 75.

¹⁹ CUNHA, C. — *Op. cit.*.

gramático de língua portuguesa que, seguindo a «Nomenclatura Gramatical Brasileira»²⁰, vê mais correctamente a questão que estamos a pôr, ao formar com tais unidades subgrupos dentro do conjunto das «palavras de classificação à parte»²¹ e recusando-se, deste modo, a partilhar da opinião dos que as incluem entre os advérbios. Isto porque, no seu entender, embora se trate de palavras «por vezes de classificação extremamente difícil», «não modificam o verbo, nem o adjetivo, nem outro advérbio»²². Mesmo assim, teremos de recorrer a mais de um desses subgrupos para extrair deles aqueles elementos que, mau grado os poucos (nem todos inequívocos) exemplos ilustrativos fornecidos, se poderão identificar com as nossas PMs.

Por sua vez, Cunha/Cintra²³ parecem à primeira vista tratar o mesmo problema *ipsis verbis*; no entanto, com mais cuidado, verifica-se que isso não é de todo verdade. Com a apresentação de outros enunciados-exemplo desapareceu, é certo, a ambiguidade a que acabei de aludir; mas foi, por outro lado, introduzido — a meu ver com uma boa dose de infelicidade — um acrescento que é comprometedor, porque denuncia a falta de rigor da «Nomenclatura Gramatical Portuguesa» europeia e a ausência de crítica com que foi assumida. Tratando-se de um trabalho de parceria de um linguista brasileiro e de outro português, não era senão natural que fossem contemplados, lado a lado, conhecimentos constantes das nomenclaturas gramaticais de ambos os países. Todavia, o teor de tal acrescento é de molde a não poder dispensar reparos críticos. Assim, ao escreverem que «a Nomenclatura Gramatical Portuguesa admite a existência dos ADVÉRBIOS DE EXCLUSÃO e DE INCLUSÃO e considera ADVÉRBIOS DE ORAÇÃO o que, neste Capítulo, denominamos PALAVRAS DENOTATIVAS DE SITUAÇÃO»²⁴, os autores desta gramática não fazem senão divulgar simultaneamente mais que um equívoco. Se por «advérbios de oração» se entende ali o que na terminologia alemã, inglesa e francesa tem o nome de, respectivamente, «Satzadverbien», «sentence adverbials» e «adverbes de phrase»,

²⁰ *Ibidem*, p. 251.

²¹ *Ibidem*, p. 251.

²² *Ibidem*, p. 251.

²³ CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. — *Nova gramática do português contemporâneo*, Lisboa. Ed. J. Sá da Costa, 1984, pp. 548-549.

²⁴ *Ibidem*, p. 549.

então podemos desde já seguramente assentar que advérbios de frase não se confundem com os elementos classificados, na mesma gramática, como «palavras denotativas de situação». «Palavras» como «afinal», «agora», «então» e «mas» — sem esquecer, obviamente, os seus empregos nos exemplos fornecidos — não são advérbios de frase. (Para delimitação, cf. cap. 2.2). Por outro lado, se ao escreverem «advérbios de oração» têm de facto em mente o que por exemplo alguns linguistas alemães chamam «Satzpartikeln»²⁵, então não posso deixar de defender — tendo em vista, como de início afirmei, uma uniformização terminológica e uma classificação adequada destes fenómenos linguísticos — que *a*) se prescindia daquela designação, o mesmo é dizer da de «palavras denotativas de situação» e se assente em definitivo na de «partículas modais»; *b*) se revejam as subclassificações propostas por Cunha/Cintra das «palavras denotativas», de modo a evitar-se, em certas alíneas, a inclusão de, por exemplo, elementos que deviam ser, antes, entendidos como partículas escalares; *c*) se amplie a lista das unidades linguísticas a considerar como PMs; *d*) se apresentem para todos os subgrupos, mais e unívocos enunciados exemplificativos do emprego dos elementos aí considerados; e *e*) se substitua o título algo desajustado de «palavras denotativas» que foi dado ao capítulo. Posso, por antecipação, admitir que alguns estejam tentados a considerar estas observações como sendo em parte de mera ‘cosmética’ ou de pormenor; mas, mesmo que esses reparos venham a ser feitos, eles não poderão ocultar uma realidade demasiado conspícua: é que da comparação do texto-acrescentado atrás transcrito de Cunha/Cintra com o que, no mesmo capítulo da obra, imediatamente o precede (e que coincide textualmente com a «observação» publicada em Cunha²⁶) resulta que para os linguistas brasileiros não haverá equívoco entre «palavras denotativas de situação» e advérbios de frase, enquanto se pode entender que se insinua, erradamente,

²⁵ Cf. por exemplo ASBACH-SCHNITKER, B. — «Die Satzpartikel wohl. Eine Untersuchung ihrer Verwendungsbedingungen im Deutschen und ihrer Wiedergabemöglichkeiten im Englischen», in WEYDT, H. (ed.) — *Aspekte der Modalpartikeln. Studien zur deutschen Abtönung*, Tübingen, Niemeyer, 1977, pp. 38-61; HARTMANN, D. — «Aussagesätze, Behauptungshandlungen und die kommunikativen Funktionen der Satzpartikeln ja, nämlich und einfach», in WEYDT, H. — *Op. cit.*, 1977, pp. 101-114.

²⁶ *Op. cit.*, p. 251.

que para os portugueses haja²⁷, — embora também não se diga explicitamente se no Brasil a distinção está a ser feita.

Face ao exposto, ou seja, em virtude das discrepâncias não apenas terminológicas e das dificuldades subsistentes nos gramáticos de língua portuguesa quanto ao que possa correctamente equivaler nesta ao que, por exemplo no entender de Pompeio, foram as «expletivae» latinas, e sobretudo pelo facto de na sua adaptação/ /transição para o português esses elementos terem visto quase totalmente obliterada a (explicação da) sua original função pragmático-comunicativa, justifica-se que procuremos alguns critérios que façam luz sobre o problema e com base nos quais se possam destringir e definir aquelas unidades que designo por PMs.

2. Descrição sintáctica das partículas modais

Não me vou ocupar aqui da morfologia destes elementos: aceitemos apenas que se trata de palavras invariáveis. Por outro lado, embora estas partículas pareçam furtar-se tanto a uma descrição semântica (não têm funções semânticas: não alteram, pelo menos de forma directamente visível, as condições de verdade de um enunciado, nem têm um significado, definível em termos de Bierwisch²⁸), como a uma análise que tenha em vista a sua função sintáctica — visto que as suas funções se entendem antes de mais numa perspectiva pragmática —, é possível, no entanto, distingui-las sintacticamente quer dos advérbios, quer dos advérbios de frase. Entre umas e outros há uma diferença essencial, patente nas estruturas de superfície em que ocorrem.

2.1. Delimitação das partículas modais em relação aos advérbios

a) As PMs não constituem, ao contrário dos advérbios, um sintagma da frase em que se encontram. Não sendo, de facto, substi-

²⁷ Os autores da *Nova Gramática* parecem desconhecer o estudo de CASTELEIRO, J. M. — *Análise gramatical dos advérbios de frase*, in «Biblos» vol. LVIII, 1982, pp. 99-110.

²⁸ Não se lhes pode aplicar a definição: «In terms of componential analysis, the meaning of a word is a complex of semantic components (or features or markers) connected by logical constants», apresentada por BIERWISCH, M. — *Semantics*, in LYONS, J. (ed.) — *New horizons in Linguistics*, Harmondsworth, Penguin Books, 1977, p. 170.

tuíveis por outras unidades, elas entendem-se como um elemento da frase tomada na sua globalidade, não como parte da sua estrutura sintáctica. Exemplos:

- (1) *Sempre* veio chuva hoje. (=PM)
- (2) Eles vêm **sempre** visitar-nos. (=Advérbio)

b) Apesar de poderem ocorrer depois do sujeito da frase e — pelo menos no caso de *cá*, *lá* e de *afinal* em certos tipos de frase — depois do predicado, pode, no entanto, afirmar-se que a posição mais frequente, a normal, das PMs é à cabeça da frase. Esta posição parece distingui-las dos advérbios. É certo que estes podem ocupar, por topicalização, também o primeiro lugar na frase, mas estão-lhes normalmente reservadas outras posições: os advérbios de modo surgem, por via de regra, após o verbo; os de tempo e de lugar podem ser usados antes ou depois do verbo. Qualquer que seja a posição (possível) a ocupar na frase pelo advérbio, ela não acarreta uma alteração na semântica deste; o mesmo se não pode dizer das PMs: a ocorrência de um lexema noutra posição diferente da referida é geralmente sinal de que se trata de um elemento de uma outra categoria gramatical. Estamos, neste caso, confrontados com o problema da homonímia. Exemplos:

- (3) *Sempre* tem muita graça!
- (4) **Aqui** (é que (eles)) viveram durante anos.
- (4a) Viveram **aqui** durante anos.
- (4b) Viveram durante anos **aqui**.
- (4c) Viveram **sempre** aqui.

c) Ainda quanto à posição das PMs na frase, pode estabelecer-se com segurança que elas ocorrem predominantemente antes do verbo. Mas isto não quer dizer que a partícula surja necessária e imediatamente antes do predicado: entre o verbo e a partícula pode encontrar-se, para referir apenas alguns casos, ou um pronome pessoal (=SN pronominalizado), ou um pronome interrogativo, ou um pronome interrogativo e um pronome pessoal, ou um advérbio de tempo seguido de um advérbio de lugar, etc.. Muitos advérbios apresentam

uma maior mobilidade e podem ocupar, em relação ao predicado, mais que uma posição (cf. *b*) (*).

d) Intimamente relacionado com a predominante posição de anterioridade das PMs relativamente ao verbo está o facto de elas não só se encontrarem, nesse caso, absolutamente integradas na frase, mas também de estarem subordinadas ao acento da unidade acentual, de modo que podemos afirmar que nessas condições as partículas são proclíticas.

Claro que, consoante os enunciados, os advérbios podem ser acentuados, mesmo portadores do acento nuclear.

e) Em virtude do referido em *a*), as PMs não são interrogáveis. Por outras palavras: ao contrário dos advérbios, não podem constituir o escopo de uma interrogação parcial e, por isso, também não podem constituir, por si, a resposta a esse tipo de interrogação. Escopo da partícula é antes, sim, a frase inteira.

(5) (*Afinal* ele sabe o caminho.) => *x ele sabe o caminho?
— **Afinal*.

(6) (**Amanhã** chega o Zé.) => Quando (é que) chega o Zé?
— **Amanhã**.

f) As PMs diferem dos advérbios pela posição que a negação não ocupa em relação àquelas e a estes. Como à superfície a negação não antecede imediatamente o verbo, as partículas ocorrem sempre antes da negação. Não são susceptíveis de ser negadas.

Muitos advérbios, que, como já verificámos, gozam de maior mobilidade na frase e são empregados ou antes ou depois do verbo, podem ocorrer antes ou depois da negação.

(7) *Sempre* não saímos.

(8) **Amanhã** não vou ao cinema.

(8a) Não vou **amanhã** ao cinema.

g) As PMs não são susceptíveis de ser ligadas por meio de conjunção coordenativa. Os advérbios toleram essa operação, desde que os elementos a unir pela conjunção pertençam à mesma subclasse.

(9) *Sempre* e (mas, ou) *também* era fim de semana!

(10) **Mal** ou **bem** lá jogámos.

h) As PMs não admitem um pré-modificador (intensificador), ao passo que ele é possível junto de uma boa parte dos advérbios.

- (11) * O Benfica bastante *sempre* ganhou o campeonato?
- (12) Jogaram muito/bastante **bem**.
- (12a) Chegaram muito **tarde**.

2.2. Delimitação das partículas modais em relação aos advérbios de frase

a) Ao contrário das PMs, os advérbios de frase representam, à superfície, frases latentes na estrutura profunda. São, por conseguinte, pelo menos nalguns casos e em certas condições, susceptíveis de paráfrase, na qual os adjectivos que constituem a sua base morfológica são predicados de frase. Ex.:

- (13) A nave é **provavelmente** lançada amanhã. (= Adv. de frase) =>
É provável que a nave seja lançada amanhã.

b) Enquanto as PMs não podem por si só constituir resposta a frases interrogativas totais, os advérbios de frase podem formá-la.

- (14) (O maquinista *afinal* reformou-se.) =>
O maquinista reformou-se? — **Afinal*.

- (15) Os piratas do ar renderam-se? — **Aparentemente**.

c) Dos exemplos apresentados em *b)* resulta que as PMs, ao invés dos advérbios de frase, não podem ocorrer isoladas com o valor de frase.

d) As PMs estão sujeitas a determinadas restrições de posição; os advérbios de frase podem ocorrer no início, no meio ou no fim da frase. Exs.:

- (16) **Felizmente** a tempestade não causou vítimas.
- (16a) A tempestade **felizmente** não causou vítimas.
- (16b) A tempestade não causou vítimas, **felizmente**.

e) As PMs são, embora de modo limitado, cumuláveis. Os advérbios de frase, pelo menos os da mesma subclasse, não o são.

(17) *Sempre lá* se resolveram.

(17a) *Afinal sempre* compraste o carro.

(18) ***Provavelmente** foram **evidentemente** varridos pelo mar.

f) Ao contrário das PMs, alguns advérbios de frase toleram ser ligados entre si por conjunções coordenativas ou por coordenação assindética.

(19) **Surpreendentemente**, mas **felizmente** todos saíram dali ilesos.

(19a) **Surpreendentemente**, **estranhamente** desataram a perseguir-nos.

g) As PMs não toleram intensificadores; alguns advérbios de frase admitem-nos.

(20) Muito **provavelmente** chegam hoje à tarde.

3. Modalidade

Uma das razões que coarctaram o interesse e travaram o desenvolvimento do estudo especializado das PMs encontra-se na prioridade que ao longo dos tempos os autores deram à função de representação da linguagem²⁹ ou função referencial, denotativa ou cognitiva, na terminologia de Jakobson³⁰. (Podemos eventualmente entender esse facto como sequela do peso da doutrina dos modistas e das gramáticas gerais e filosóficas, ou ainda como o resultado das directivas dos estilistas normativos). De facto, se as partículas em

²⁹ BÜHLER, K. — *Sprachtheorie. Die Darstellungsfunktion der Sprache*, Stuttgart, G. Fischer Verlag, 1965 (1.ª ed., 1934), pp. 28-33.

³⁰ JAKOBSON, R. — *Concluding statement: Linguistics and Poetics*, in SEBEOK, Th. A. (ed.) — *Style in language*, Cambridge (Mass.), MIT Press, 1960, p. 353.

geral (e por isso também as modais) não eram consideradas como elementos portadores de significado, também não podiam reclamar no discurso qualquer direito de existência, tendo sido, em consequência, relegadas para segundo plano. Todavia, como até mesmo Jakobson sustentou, a função referencial da linguagem não é a única, sendo mesmo muito difícil encontrar mensagens verbais que preencham uma só função. Do ponto de vista das PMs, e porque elas se caracterizam pelo facto de com o seu auxílio o falante exprimir a sua atitude para com o enunciado, procurar (e obter) certos efeitos comunicativos e dar expressão a determinadas pressuposições (pragmáticas)³¹ em relação ao saber do ouvinte quanto a certo estado de coisas, exprimir as suas expectativas e emoções, etc., ganha pertinência a consideração das funções (se quisermos usar termos jakobsonianos) emotiva e conativa da linguagem³². Por outras palavras, as PMs são meios de expressão da atitude do falante e das suas intenções, postas em jogo durante a conversação, assinalam a sua reacção a actos verbais e/ou a actos não verbais anteriores e têm a ver com aquelas duas funções da linguagem. Sendo assim, como opina Bublitz³³, o termo «modalidade», desde que tomado em sentido suficientemente lato, compreende e pode ser usado para se referir tanto a essa tomada de posição do sujeito falante para com o que diz, como às suas intenções, enquanto reflectidas, aquela e estas, nas partículas empregadas emotivo-conativamente nos enunciados. No entanto, acrescenta o mesmo autor, como as PMs não são os únicos meios de expressão conativo-emotivos e os advérbios de frase também se prestam a esse fim, torna-se necessário distinguir os dois aspectos diferentes de modalidade com que estes e aquelas têm respectivamente a ver. É assim que usa 'modalidade cognitiva' para designar a atitude que o falante assume face ao enunciado, quando comenta o conteúdo de verdade da proposição e dá a conhecer se avalia, por exemplo a relação sujeito-predicado, como certa, pro-

³¹ Cf. STALNAKER, R. C. — *Pragmatics*, in DAVIDSON D.; HARMAN, G. (eds.) — *Semantics of natural language*, Dordrecht, D. Reidel Publ. Co., 1972, p. 387 e segs..

³² JAKOBSON, N. R. — *Op. cit.*, pp. 354 e 355.

³³ BUBLITZ, W. — *Ausdrucksweisen der Sprechereinstellung im Deutschen und Englischen. Untersuchung zur Syntax, Semantik und Pragmatik der deutschen Modalpartikeln und Vergewisserungsfragen und ihrer englischen Entsprechungen*, Tübingen, Niemeyer, pp. 6-9.

vável, possível, etc.. Entre os vários meios linguísticos para expressão desta modalidade encontram-se os advérbios de frase.

Mas, para além da modalidade cognitiva e ainda da que chama volitiva, Bublitz distingue um terceiro tipo: a modalidade emotiva. É que um sujeito falante usa a sua língua numa função modal não só quando emite um juízo sobre o valor de verdade de uma proposição (modalidade cognitiva) ou quando tem em vista a realização de um desejo (modalidade volitiva), mas também quando, numa situação comunicativa, exprime suposições, pontos de vista e atitudes relacionadas com o saber comum dos interlocutores, com as suas expectativas, as suas emoções, as relações sociais existentes entre si (modalidade emotiva).

Como se afirmou atrás, o emprego das PMs prende-se directamente com estes aspectos, com inferências e subentendidos, razão por que considero imprescindível entrar em linha de conta com a noção de modalidade assim entendida, não só para, por um lado, justificar a designação proposta para estas partículas, mas também para a constituir, na linguística portuguesa, num critério adicional de delimitação dessas unidades da língua, nomeadamente em relação aos advérbios de frase, e numa base para a sua definição.

4. Análise de três partículas modais em frases interrogativas

Com a apresentação de critérios sintácticos que me parecem convincentes e com o recurso à noção de modalidade tal como foi definida — num sentido pertinente para o esclarecimento das suas funções conversacionais — ter-se-á dado um passo no sentido da delimitação e da descrição das PMs portuguesas. Mesmo assim, e dado o âmbito limitado do presente trabalho, não se podem resolver muitos problemas com elas relacionados e ficam por responder várias questões, nomeadamente quanto ao conjunto das suas condições de emprego e à de se saber se uma determinada partícula assume apenas uma função específica ou se a cada uma se podem atribuir várias funções diversas e até que ponto é que o são. É que as PMs são em alto grau sensíveis à situação e ao contexto, podendo, por isso, a resposta a tais perguntas só ser dada face ao estudo pormenorizado da constelação conversacional em que respectivamente se encontrarem. Não obstante os relativamente reduzidos instrumentos analíticos empre-

gados, estudo, no que se segue, alguns aspectos das PMs *afinal*, *sempre* e *então*, aqui apenas em frases interrogativas, mas procurando mostrar que, embora podendo ocorrer em situações relativamente diversas, cada partícula parece ter, no fundo, uma função de base (de algum modo presente em eventuais nuances funcionais suas).

4.1. *Afinal*

Uma das características marcantes das PMs é que a sua função comunicativa não se pode descrever se forem tomadas independentemente do contexto em que ocorrem; por essa razão, parto sempre de um contexto situacional nas análises que se seguem. Deste modo, considere-se o que convencionalmente chamo 'contexto 1':

A gostava de fazer uma viagem de Inter-Rail pela Europa, mas desde o início conta com a falta de compreensão e de assentimento, enfim com a oposição do pai. **A** mantém o seu amigo **B** ao corrente destes factos. **B** compreende as aspirações de **A** e solidariza-se com ele. Algum tempo mais tarde, **A** e **B** tornam a encontrar-se e produz-se o seguinte diálogo:

- (21) **A**: Sabes? vou amanhã marcar a viagem e tirar o bilhete!
B: *Afinal* o teu pai deixa-te ir?

B reage ao acto de fala de **A** com uma pergunta que não se reporta ao seu conteúdo denotativo, mas antes a um subentendido³⁴, concebível como uma frase implícita, subordinada a esse enunciado, e que o ouvinte é capaz de reconhecer (ou pela qual pode concluir), em virtude designadamente do conhecimento que tem dos antecedentes³⁵ do acto de fala de **A**. Em face da posição que o pai de **A** assumira perante a pretensão do filho (recepção negativo), **A** convencera-se, e fizera **B** partilhar da convicção, de que **A** não teria autorização do pai para viajar. Com o enunciado reactivo (pergunta)

³⁴ Cf. DUCROT, O. — *Présupposés et sous-entendus*, in «Langue Française», 1969, 4, pp. 30-43.

³⁵ Cf. WUNDERLICH, D. — *Grundlagen der Linguistik*, Reinsbek, Rowohlt,, p. 309.

iniciado por *afinal*, **B** quer não tanto ou não só obter a confirmação de que, ao contrário do esperado, **A** pode fazer a viagem, mas também dá expressão à sua surpresa (e satisfação) resultante desse choque entre a sua presunção (até ao momento era válido para **B** que **A** não faria a viagem) e a nova informação (=tenho autorização) implícita no enunciado de **A**. A pergunta de **B** não é, pois, de modo nenhum uma mera pergunta para informação; marca disso é, à superfície, a PM *afinal*, com a qual **B**, além disso, indicia ou deixa em aberto que espera obter de **A** as razões ou uma explicação para o evoluir favorável do estado de coisas, ou seja, do processo de mudança de atitude do pai de **A**, ao contrário do que era inicialmente previsível.

Partamos agora de outro contexto (= 'contexto 2'):

A revelara (com certa jactância) a **C**, seu colega de trabalho, a intenção de **A** e **B** irem de férias para Espanha no dia x. Todavia, poucos dias após esse dia x, **C** encontra casualmente na sua rua **A** e **B**, e, em função da informação de que dispunha de, e sobre **A**, interroga:

(22) *Afinal* não foram a Espanha?.

C esperava que, em conformidade com a informação que lhe fora dada, **A** e **B** tivessem de facto ido para Espanha; mas constata, para seu espanto, que a sua expectativa se revela falsa ou foi iludida, razão por que faz a pergunta. Com ela, **C** (que pode não excluir certa ironia ou mesmo crítica face ao seu vaidoso colega) cria condições para que **A** e **B** sejam levados a apresentar uma justificação ou um esclarecimento.

De modo diferente do que verificámos no 'contexto 1', no 'contexto 2' a pergunta de **C**, com *afinal*, não se prende com um subentendido deduzível de qualquer acto de fala, imediatamente anterior, do interlocutor (não foi **A** que iniciou a interacção verbal), mas reporta-se à própria situação ou ao quadro perceptivo, do qual facilmente conclui: «contra o que eu esperava, vocês estão cá». Quer dizer, o que acaba de ver não é congruente com as indicações que tinha em sua posse, que lhe tinham sido fornecidas e faziam parte do conhecimento comum dos interlocutores e eram anteriores ao momento actual da enunciação. É por isso que, nesta segunda situação, o diálogo em si tem o ponto de partida justamente na pergunta introduzida por *afinal*. Em ambos os casos trata-se de per-

guntas que não têm normalmente como resposta um simples «(sim), deixa» e «não, (não fomos)», respectivamente. Se isso sucedesse, o interlocutor tinha introduzido na resposta a marca de que não estava disposto a cooperar na interacção e que esta não ia ter continuidade. Em relação ao 'contexto 1', não é possível admitir essa hipótese, tanto mais que foi justamente **A** quem iniciou/teve interesse em iniciar a conversação; no 'contexto 2', os interlocutores têm toda a possibilidade de considerar errado ou precipitado, e, por isso, o direito de recusar/cancelar o subentendido de **C**, mas mesmo assim este espera da parte deles uma satisfação à sua pergunta.

Embora aparentemente semelhante ao anterior, por ocorrer no início do diálogo, o enunciado (23) prende-se com uma situação diferente, especialmente em comparação com a primeira apresentada:

(23) *Afinal* o que é que vem a ser isto aqui?

é a pergunta indignada de alguém que, nunca tendo talvez admitido que isso alguma vez viesse ou pudesse acontecer, chega ao seu quintal e surpreende um estranho que tinha transposto o muro de vedação e colhia fruta.

Parece evidente que a intenção do falante é a de censurar ou reprovar a violação de propriedade e o furto que está a consumir-se. Mas como se articula *afinal* com o efeito que pretende atingir o falante que, aliás, faz acompanhar tal enunciado de uma entoação específica? Em termos de propriedades conversacionais não se pode dizer que esta partícula se refira aqui a qualquer facto, processo, situação de comunicação ou acto de fala anterior; se se pode falar em relação, esta estabelece-se, sim, com um estado de coisas acabado de presenciar no momento. É este estado de coisas, a situação actual que constitui o motivo do enunciado. Por isso também não há lugar para se admitir a existência de uma polaridade entre uma situação ou uma expectativa anterior e o estado de coisas actual. É também este que explica o uso de elementos dísticos que têm directamente a ver com o tempo e com o espaço perceptivo do locutor e do alocutário. O falante, que já não pode evitar pelo menos uma parte do processo em curso, procura, no entanto, dominá-lo a partir de agora, exigindo do interlocutor uma decisiva clarificação para o que se lhe deparou e, sobretudo, a interrupção imediata daquela actividade ilícita.

4.2. **Sempre**

Tomemos agora para análise o seguinte diálogo:

- (24) **A:** Sabes? vou amanhã marcar a viagem e tirar o bilhete!
B: O teu pai *sempre* te deixa ir?.

Mantive intencionalmente uma situação apenas próxima da descrita para *afinal* ('contexto 1'). O objectivo é, obviamente, estudar esta nova situação, mas também poder compará-la com a anterior e registar as diferenças entre ambas, porque as há. Que efeito comunicativo procura **B** com o emprego de *sempre*?

B sabia de **A** como **A** gostava de fazer uma viagem pela Europa, utilizando uma modalidade de transporte relativamente económica. **B** sabia, além disso, que o pai de **A**, embora nunca tendo frontalmente proibido o filho de fazer a viagem, mantinha desde o início uma atitude dúbia, indefinida quanto a conceder-lhe ou não autorização. Assim sendo, **A** (como **B**) tem razões para, apesar de tudo, acalentar esperanças. Quando **A**, agora, anuncia a **B** que vai marcar a viagem e tirar o bilhete, **B**, que conhece os antecedentes desse acto de fala, conclui dele que **A** tem autorização para a viagem, que o pai de **A** acabou por dar a sua equiescência. Com a pergunta contendo a PM *sempre*, **B** tem em vista confirmar ou certificar-se de se, de facto, deixou (como desejara ou admitira por solidariedade, e como sabe que **A** desejara ou admitira) de persistir a dúvida — e o obstáculo — anteriormente existente quanto à concessão de autorização por parte do pai de **A** para a viagem deste. *Sempre* é simultaneamente um sinal de que **B** não excluirá que **A** lhe dê uma explicação das razões para o novo estado de coisas.

Um confronto da função comunicativa de *afinal* e de *sempre* nestes enunciados reactivos revela que *afinal*, em (21) e (22), tem a ver com a expressão de surpresa, resultante da discrepância entre uma suposição ou uma expectativa por parte do locutor e um (novo) estado de coisas que vem desmentir ou contrariar aquela suposição ou expectativa, ao passo que com *sempre* o falante exprime, antes de mais, o seu desejo de confirmação, por parte do ouvinte, da sua expectativa ou das hipóteses previamente, se não admitidas explicitamente, pelo menos não excluídas — pelo seu interlocutor e, solidariamente, também por si próprio.

Um diálogo pode igualmente ser iniciado por uma frase interrogativa, tendo na primeira posição a partícula *sempre*. Nesse caso, *sempre* refere-se a actos verbais ou não, anteriores à (situação de) enunciação. Se alguém me pergunta:

(25) *Sempre* encontraste as chaves?,

é porque soubera previamente de mim (ou de outrem) que eu perdera certas chaves — e que iria à procura delas, obviamente com o intuito de as encontrar. Por meio de *sempre*, o falante exprime não só a sua simpatia e o seu interesse para comigo e para com a minha causa, como revela sobretudo também o seu desejo de confirmar (saber de mim se se confirma) se encontrei as chaves. Entre duas alternativas possíveis, entre o encontrar e o não encontrar, o falante inclina-se positivamente a favor da primeira, como que antecipando ou projectando a sua na minha esperança (que ele sabe que não abandonei) de encontrar as chaves.

Se a pergunta tivesse sido:

(26) *Afinal* encontraste as chaves?,

é porque o falante sabia que o seu interlocutor tinha admitido ser difícil, ou que tinha abandonado todas as esperanças de as encontrar. Apesar disso, pergunta, quer averiguar se, contrariamente ao que o seu interlocutor admitira, as chaves foram encontradas. A mesma pergunta é possível num contexto um pouco diferente. Aí, o próprio falante pode ter partido do princípio de que era difícil ou improvável encontrar as chaves; e, quando agora as vê na mão do seu interlocutor e o interroga, não faz outra coisa senão dar expressão à sua surpresa por ter sucedido o contrário do que tinha suposto. Ao mesmo tempo, dá a entender que espera que o ouvinte lhe conte o que teve de fazer para as encontrar ou como foi que chegou até elas.

4.3. Então

A PM *então* parece-me ter-se especializado para sobretudo exprimir o interesse, por parte de quem interroga, pela resposta à pergunta. Verifiquemos se assim é com base na situação seguinte:

Certa pessoa (**A**) chega a uma casa particular em dado lugar e, com o intuito de aí se hospedar temporariamente, pergunta se há quartos para alugar. A hospedeira, **B**, mostra-lhe os aposentos (que não estavam ainda preparados para receber hóspedes) e recomenda-lhe determinado quarto. **A** vai entretanto ouvindo as explicações e comentários de **B**, sem tomar nenhuma decisão ou emitir qualquer juízo, como **B** teria esperado. **A** pergunta:

(27) «*Então* gosta deste quarto?»³⁶,

feita neste contexto pela hospedeira, visa claramente provocar uma resposta. **B** parte de que **A** tem uma opinião sobre o quarto; por isso, com a pergunta pretende saber, e mostrar o seu interesse em saber, essa opinião de **A** sobre (se lhe agradam) as instalações — aquelas que **B** se empenhou em recomendar-lhe. A pergunta entende-se também como tentativa de retomar o assunto, de pôr fim à ausência de participação activa de **A** no diálogo, **A** a pronunciar-se sobre a questão que no momento mais interessa a **B**.

Diferentemente do que aconteceria com o emprego, respectivamente, de *afinal* e de *sempre*, o falante *a*) não pressupõe, pois, no seu enunciado, que o interlocutor tivesse, por qualquer razão, uma posição negativa ou desfavorável quanto ao quarto (e que seria desmentida por uma resposta afirmativa à pergunta), nem *b*) parte do princípio de que (talvez) goste, para, logo a seguir, com a pergunta iniciada por *sempre*, procurar certificar-se, junto do ouvinte, de se a sua expectativa se confirma.

Uma pergunta como:

(28) *Então* como foram essas férias?,

dirigida na rua por um amigo a outro, é feita na pressuposição de que o alocutário teve férias e que tem uma opinião sobre elas, sendo essa opinião que o locutor tem interesse em saber: por meio da *PM então*, que tem o seu quê de fático, o falante interfere e influencia o ouvinte no sentido de o levar a satisfazer de bom grado a sua curiosidade.

³⁶ GONÇALVES, O. — *A floresta em Bremerhaven*, Amadora, Bertrand, 1980, p. 15.

5. Conclusão

As unidades da língua portuguesa designadas neste estudo por partículas modais são elementos que têm habitualmente sido classificados pelas gramáticas e pelos dicionários do português como se fossem advérbios, sendo certo que em alguns autores dado número deles (ou homónimos seus) passou a integrar o grupo diferenciado das «palavras ou partículas de realce» ou constituiu mesmo um conjunto à parte para ser estudado de modo mais especificado. Estes procedimentos derivam, por um lado, do facto de os autores, na sequência da tradição greco-latina, terem adoptado e dado grande peso aos critérios morfológicos na classificação das palavras, mas prendem-se também, por outro lado, com a intuição (que tiveram) de que a classificação originária já não se coaduna com as funções que lhes têm vindo sucessivamente a descobrir.

Mediante o recurso a uma análise sintáctico-distribucional e ao emprego de um instrumental mais adequado, o trabalho apresentado procurou demonstrar que é possível evitar confusões classificatórias e fazer uma distinção segura entre os lexemas agora descritos como PMs e os advérbios e advérbios de frase. A combinação daqueles critérios formais com a noção de modalidade emotiva — o que não esgota de modo nenhum os recursos analíticos — permitiu, mesmo assim, descobrir como operam as PMs e que funções desempenham. A análise dos empregos de *afinal*, *sempre* e *então* em enunciados interrogativos, nas situações respectivamente descritas, revelou que as PMs têm a ver, entre outras coisas, com subentendidos e pressuposições pragmáticas do falante e com as suas expectativas e que, além disso, desempenham uma função anafórica ou, se se quiser, de relação entre um acto de fala ou uma situação anterior (ou não imediatamente anterior) ao acto de fala em que respectivamente ocorrem — o que faz delas uma espécie de conectivos conversacionais.

António Franco